



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA – SÉCULOS XX-XXI

Atualidade da Teoria Furtadiana no Nordeste Brasileiro

The Present of Furtadian's Theory in the Northeast Brazilian

Bruna Fernanda Dias Guimarães; discente em Desenvolvimento Socioeconômico da
Universidade Federal do Maranhão (UFMA); brunaguisel@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo discutir a relevância e atualidade da teoria Furtadiana, através de uma breve síntese sobre as teorias de Celso Furtado, incluindo o pensamento do autor a respeito do binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento e se é relevante para o debate econômico no Nordeste brasileiro do século XXI. A partir de breve análise e estudo das principais obras de Celso Furtado, analisando o contexto social e econômico em que Furtado fomentou seus estudos, entendendo assim os pontos que divergem com a situação atual, destacando as semelhanças. Ao longo deste trabalho, também se destaca a importância da teoria de desenvolvimento regional e os planos econômicos idealizados por Furtado durante os anos 1950 e 1960.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Subdesenvolvimento, Celso Furtado.

ABSTRACT: This article aims to discuss the relevance and relevance of Furtado's theory, through a brief synthesis of Celso Furtado's theories, including the author's thinking about the development-underdevelopment binomial and whether it is relevant to the economic debate in the Northeast of Brazil. From a brief analysis and study of the main works of Celso Furtado, analyzing the social and economic context in which Furtado fostered his studies, thus understanding the points that diverge with the current situation, highlighting the similarities. Throughout this work, the importance of the theory of regional development and the economic plans devised by Furtado during the 1950s and 1960s is also highlighted.

Keywords: Development. Underdevelopment. Celso Furtado



INTRODUÇÃO

A atualidade do pensamento de Celso Furtado compreende que o principal fator para que uma sociedade seja mais igualitária está diretamente interligado a políticas públicas e privadas que produzam uma ética do desenvolvimento econômico, ou seja, um desenvolvimento que vise aprimorar a qualidade de vida da sociedade e não apenas o crescimento econômico.

Para Furtado, os problemas sociais exigiam tanto empenho e atenção, quanto os econômicos. Os entraves que impossibilitavam o desenvolvimento da economia só seriam superados com a identificação e solução dos problemas sociais. Sendo assim, era essencial a elaboração de um projeto cujo planos de ação englobasse metas e soluções para alcançar os resultados almejados a partir do aspecto social.

Celso Furtado foi um dos pensadores brasileiros que dedicou a maior parte de sua vida a estudar a questão regional e a situação socioeconômica do Nordeste brasileiro, sendo uma das referências principais para estudos sobre disparidade regional e desenvolvimento e subdesenvolvimento regional. Ao final da década de 1950, Celso Furtado apresentou um diagnóstico da realidade nordestina da época e propôs um plano para a superação do subdesenvolvimento.

Em sua obra, “Formação Econômica do Brasil” (1959), Furtado traça os primeiros passos para seus estudos posteriores e mais completos sobre o Nordeste. Em 1959, ele publicou “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste” - também conhecido como “Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste” (GTDN) -, um importante estudo que abriu espaço para reflexões a respeito dos problemas enfrentados na região.

A criação do Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GNTD) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, apontava um novo direcionamento para o modo como os problemas do Nordeste seriam encarados. Celso Furtado foi além do estigma de que o maior problema da região era a seca no sertão, o autor apontou as fragilidades estruturais; como a sua distribuição fundiária e a agricultura de subsistência que se expandia no semiárido em



função do desmantelamento da economia açucareira no litoral úmido (FURTADO, 1959b).

Compete ponderar o enfoque Furtadiano relativo a um projeto de construção do desenvolvimento, a partir da suposição de que este projeto deve ser possibilitado através de uma atuação política eficaz, que proporcione maior igualdade econômica e bem-estar social (FURTADO, 1959).

A região Nordeste do Brasil passou por transformações significativas em sua estrutura produtiva nos últimos cinquenta anos, contando atualmente com 1.554.291,74 km² de extensão territorial e 56.560.081 habitantes divididos em seus nove estados, é a segunda região mais populosa do país. Embora apresente o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, é a região brasileira com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e, em comparação com as demais macrorregiões, em especial Centro-Sul, continua em estágio de desenvolvimento atrasado. Em busca de uma solução para a complexa situação da região, inúmeros estudiosos formularam teorias e elaboraram planos de desenvolvimento (IBGE, 2020).

A relevância de associar o pensamento de Celso Furtado à uma abordagem contemporânea, se justifica por Furtado ter sido um pioneiro ao encarar as adversidades no estudo sobre a questão regional. Não limitando a sua teoria aos aspectos físicos-geográficos, ele acrescentou fatores econômicos, históricos e sociais para explicar as causas do subdesenvolvimento.

Este artigo tem como objetivo discutir as contribuições do pensamento de Celso Furtado em seus trabalhos sobre a questão regional e o binômio desenvolvimento e subdesenvolvimento brasileiro, a partir do final dos anos 1950, e a atualidade desse pensamento para o Nordeste contemporâneo.

FURTADO E O NORDESTE DA DÉCADA DE 1950

Na década de 1950, a economia do Nordeste ainda estava fortemente baseada na agricultura de subsistência, com destaque para a produção de algodão, cana-de-açúcar e cacau. No entanto, a região enfrentava desafios como a falta de infraestrutura, baixa produtividade, seca recorrente e desigualdades sociais.



A produção de algodão era uma das principais atividades econômicas do Nordeste na época, especialmente nos estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O algodão foi um dos principais produtos agrícolas do Brasil no século XVIII e XIX, especialmente na região Nordeste. O cultivo do algodão se intensificou com a demanda da indústria têxtil inglesa, que buscava matéria-prima para abastecer suas fábricas durante a Revolução Industrial. O Maranhão foi o primeiro estado a exportar algodão para a Europa, em 1760, seguido por outros estados como Pará, Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro.

O algodão produzido no Brasil era do tipo arbóreo perene, que tem fibras mais longas e de melhor qualidade. A cotonicultura brasileira contribuiu para o desenvolvimento econômico e social do país, incentivando a industrialização, a infraestrutura e a urbanização. O algodão era exportado para abastecer a indústria têxtil, tanto nacional como internacional. Entretanto, a produtividade era relativamente baixa devido a métodos de cultivo rudimentares e a falta de investimentos em novas tecnologias e infraestrutura. Além disso teve diversos aspectos negativos, como a exploração da mão de obra escrava, a concentração de terras em latifúndios e a dependência do mercado externo.

A cana-de-açúcar também desempenhava um papel importante na economia nordestina, as usinas de açúcar concentravam-se especialmente em Pernambuco e Alagoas. O Brasil era o maior produtor e exportador mundial de açúcar, com uma produção de cerca de 3 milhões de toneladas por ano. O Nordeste respondia por mais de 80% dessa produção¹.

O açúcar nordestino enfrentava a concorrência do açúcar de beterraba produzido na Europa e nos Estados Unidos, que recebia subsídios e proteção tarifária dos seus governos. Além disso, o mercado mundial de açúcar era instável e sujeito a oscilações de preços e demanda. Para enfrentar esses desafios, o governo brasileiro criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, que regulava a produção, o consumo e o comércio de açúcar no país.

O IAA estabelecia cotas de produção para cada usina, fixava os preços internos e externos do açúcar, controlava as exportações e importações, incentivava a

¹ Sendo Pernambuco e Alagoas os estados mais destacados.



diversificação da produção canavieira para o álcool combustível e promovia melhorias técnicas e sociais no setor. O IAA também buscava ampliar os mercados para o açúcar brasileiro, negociando acordos comerciais com outros países, como os Estados Unidos, que concediam preferências tarifárias ao produto nacional.

O açúcar nordestino teve um papel importante no desenvolvimento econômico e social da região, gerando empregos, renda e impostos. No entanto, também provocou problemas ambientais, como o desmatamento, a erosão do solo e a poluição dos rios. Além disso, a estrutura fundiária era concentrada nas mãos dos grandes proprietários de usinas e engenhos, que exploravam o trabalho dos pequenos agricultores e dos cortadores de cana. As condições de vida e trabalho desses trabalhadores eram precárias e marcadas pela violência e pela exclusão social. A concentração fundiária e as relações de trabalho precárias na indústria canavieira contribuíam para a pobreza e a exploração dos trabalhadores.

O cacau era produzido principalmente na Bahia, era um produto de grande importância tanto para o mercado interno quanto para as exportações. A região sul da Bahia, conhecida como a "Costa do Cacau", era especialmente reconhecida pela qualidade do cacau produzido. A economia cacauzeira era baseada principalmente em pequenas propriedades agrícolas, conhecidas como "roças".

Os agricultores cultivavam o cacau de forma tradicional, muitas vezes em sistemas agroflorestais, em que o cacau era combinado com outras culturas, como a seringueira e a banana. No entanto, na década de 1950, a economia cacauzeira enfrentou um grande desafio sendo afetada por pragas, como a vassoura-de-bruxa², que causou uma queda significativa na produção e impactou negativamente a economia regional. Muitos agricultores perderam suas plantações e tiveram suas rendas afetadas. Isso levou a uma crise na economia cacauzeira, com reflexos negativos na região.

A crise do cacau na década de 1950 marcou o início de um processo de declínio da economia cacauzeira na Bahia, que se intensificou nas décadas seguintes. Mudanças no mercado internacional, concorrência de outros países produtores e dificuldades sanitárias continuaram a afetar a produção de cacau na região. Um dos fatores que agravaram a situação da crise foi a política do Governo Federal de privilegiar a

² A vassoura-de-bruxa, doença causada por um fungo, afetou severamente as plantações de cacau, causando perdas significativas na produção e impactando a economia regional.



industrialização do Sudeste relegando para segundo plano o investimento nas lavouras do Nordeste, incluindo as de cacau.

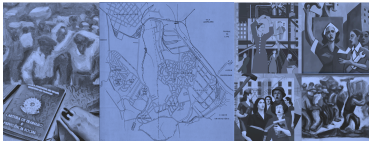
Além da agricultura, outras atividades econômicas relevantes na época incluíam a pecuária extensiva, a pesca, a exploração de recursos minerais (como o petróleo) e a atividade comercial. Contudo, a falta de infraestrutura adequada, a escassez de investimentos e as desigualdades sociais limitavam o desenvolvimento econômico da região.

Em 1959, o número de pessoas empregadas na indústria têxtil, diretamente ou indiretamente, passava de cem mil, entretanto o setor enfrentava uma grave situação com o passar dos anos pela falta de investimentos causando o fechamento de alguns empreendimentos na região. A importância dada a este problema era tamanha que, ainda dentro do CODENO, em 1959, foram encomendados os estudos que possibilitaram o diagnóstico e o desenvolvimento de um plano de ação.

Os anos de 1950, foram tempestuosos para o Nordeste brasileiro, região caracterizada por constantes períodos de seca, registrou duas grandes secas: a primeira em 1952 e a segunda em 1958. Apesar de ser uma das regiões mais populosas do país, contendo cerca de um terço da população do Brasil, era uma região subdesenvolvida e negligenciada pelo poder público. O longo período de seca agravou os problemas já enfrentados pela região, ocorrendo intensa queda dos índices socioeconômicos (CADERNOS DO NORDESTE, 2000).

Os índices de pobreza, de desemprego e de mortalidade infantil atingiram níveis alarmantes, na década de 1950, o que ocasionou em uma preocupação para o governo federal. Em 1958, ano da segunda grande seca, a renda per capita do Nordeste Brasileiro reduziu em 15% e a participação da região para a produção nacional caiu 6% (CADERNOS DO NORDESTE, 2000).

Em contraposição a situação do Nordeste, a região Centro-Sul apresentava bons índices econômicos e crescente aumento de sua indústria. Um dos fatores que influenciou para esse quadro foi a predileção do governo. Enquanto as políticas públicas em favor do Nordeste, para amenizar as disparidades socioeconômicas, eram feitas de forma esporádicas e limitadas, na região Centro-Sul havia investimento constante.



Na década de 1950, não havia um plano de desenvolvimento específico para o nordeste brasileiro que visasse combater os efeitos da seca e desenvolvesse as atividades agrícolas e industriais da região. O Brasil necessitava de um plano de desenvolvimento que contemplasse o Nordeste e que fosse adequado para suas peculiaridades (CADERNOS DO NORDESTE, 2000).

Visando melhorar a situação do nordeste e diminuir as disparidades socioeconômicas, durante o mandato presidencial de Juscelino Kubitschek³, Celso Furtado liderou a “Operação Nordeste”, o então presidente do Brasil incumbiu Furtado de elaborar um plano de desenvolvimento para o nordeste brasileiro, o plano tinha como objetivo solucionar o problema social e econômico do nordeste brasileiro; este fato fez com que Furtado pudesse sistematizar suas ideias a respeito da questão regional brasileira.

Celso Furtado usou sua própria interpretação sobre o desenvolvimento brasileiro e a sua experiência como membro da CEPAL⁴, formulando um diagnóstico dos motivos que levaram o Nordeste a ser subdesenvolvido e propondo medidas para reverter essa situação, ou seja, formas do nordeste alcançar o estágio de desenvolvimento (VIEIRA, 2007).

Em razão de sua experiência adquirida com a oportunidade ofertada pelo presidente JK e o cenário de secas dos anos 1950, Celso Furtado pode idealizar uma solução para as questões socioeconômicas do Nordeste, uma sistematização de suas ideias retornando a sua própria interpretação sobre o desenvolvimento brasileiro e a formulação da CEPAL. Furtado criou uma análise dos motivos do subdesenvolvimento e expôs suas ideias para superação dessa fase.

Furtado por defender que o subdesenvolvimento é o resultado de um sistema histórico-estrutural particular e que ele só pode ser superado por transformações estruturais, toma os fundamentos históricos da colonização regional como determinante da desigualdade social da região nordeste. Além disso, observa Furtado (1966), que as elites regionais, ligadas ao setor exportador ou ao governo, assumiam padrões de consumo do centro, incoerente com o nível da renda local. Nesse cenário, os excedentes de produção eram consumidos e não reinvestidos, dificultando a sustentação de um

³ Presidente do Brasil de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961 (VIEIRA, 2007).

⁴ Criada em 1958 (VIEIRA, 2007).



processo de desenvolvimento. Esse também era uma das bases da má distribuição de renda (FURTADO, 1966).

Em 1959, Furtado elaborou o Relatório do GTDN, no qual contrapunha algumas ideias populares entre os estudiosos da época; entre eles, de que os problemas, tanto econômicos quanto sociais do nordeste brasileiro, decorriam exclusivamente das secas, a escassez de chuvas por longos períodos que agravavam a situação de pobreza e fome da região.

Furtado se opunha a solução proposta por parte dos pesquisadores e o poder público nacional, que propunham resolver a questão da deficiência hidráulica dos municípios do nordeste através da construção de açudes. Para Furtado, essa medida só beneficiava proprietários de terra, sendo ineficaz para a parte majoritária da população nordestina⁵. Segundo Tânia Bacelar de Araújo (2000):

A seca, o fenômeno social das secas, é consequência dos problemas do Nordeste. A causa é a estrutura socioeconômica e política montada, há séculos, nessa região. A causa do atraso do Nordeste está na sua formação histórica. Ou se mexe nas estruturas, ou não se enfrenta a questão nordestina, dizia Furtado. Afirmar que a seca não é a causa do problema nordestino fazia Furtado se chocar com o núcleo da política regional, na época, mais importante para o Nordeste – que era a política hidráulica. (ARAÚJO, 2000, p. 76).

Celso Furtado contrariava o conceito aceito internacionalmente do economista Walt Whitman Rostow sobre o subdesenvolvimento, para Rostow (1960) o subdesenvolvimento era uma etapa necessária do processo de desenvolvimento econômico. Furtado, evidencia que o subdesenvolvimento é, na realidade, uma deformidade no desenvolvimento. Assim, o subdesenvolvimento é resultado de “uma situação historicamente construída” (FURTADO, 1961, p.184) e estruturalmente peculiar, só podendo ser superada através de mudanças estruturais. Sobre as estruturas subdesenvolvidas, Furtado descreve como:

Aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento (FURTADO, 1961, p. 184).

⁵ O que estava sendo feito nos anos 50 pelo governo federal através do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (BRASIL, 2013).



Sendo o subdesenvolvimento uma anomalia para Celso Furtado, o desenvolvimento de uma região subdesenvolvida só pode ocorrer através de modificações e rupturas na estrutura econômica e na sociedade como um todo. O autor enumerou algumas modificações necessárias para esta transformação:

A passagem da tração animal (inclusive humana) para a mecânica faz-se de um só golpe. Do carro, de fabricação artesanal e do animal de criação local, passa-se ao veículo mecânico. Dessa maneira de crescer dos países subdesenvolvidos resulta uma tendência à elevação do coeficiente de importações (FURTADO, 1961, p.191).

Segundo Furtado (1958, p.134), a região nordeste brasileira era subdesenvolvida, em razão do tipo de colonização. A Região Nordeste, historicamente, é a primeira região do Brasil a ser ocupada e ter sua costa explorada pelos colonizadores portugueses. O litoral nordestino apresentou as condições ideais para o plantio de produtos agrícolas, em especial, um produto de grande valor comercial na Europa do século XV, a cana-de-açúcar. Após as experiências positivas de cultivo, já que a cana-de-açúcar se adaptou bem ao clima e ao solo, começou o plantio em larga escala. Chama a atenção o fato de os primeiros colonizadores não terem avançado.

Furtado (1959) enumera três fatores que influenciaram e perduraram durante vários séculos, formando uma conjuntura estrutural subdesenvolvida. O primeiro fator, é a formação de uma empresa agrícola baseada na cultura do açúcar com forte presença de trabalho escravo. Mesmo quando esse sistema foi abolido, no final do século XIX, as relações de trabalho ainda se mantiveram pré-capitalistas, usando diferentes métodos de semiescravidão.

O segundo fator, foi que a demanda por animais e alimentos, fez com que a economia exportadora criasse uma espécie de “periferia” no interior do Brasil, está sendo subordinada e dependente da ajuda do poder público e das regiões brasileiras desenvolvidas. O terceiro fator, é que a população do semiárido era predominantemente uma população camponesa, que não possuía terra e nem era assalariada, sendo assim, era obrigada a trabalhar para um proprietário de terra em um sistema de repartição de produção, trabalhando nas lavouras de exportação, tendo como benefício a possibilidade de morar na terra cedida pelo latifundiário e plantar produtos agrícolas para sua subsistência.



Furtado trouxe a análise cepalina de relação centro-periferia mundial, para a realidade das regiões Nordeste e Centro-Sul do Brasil, ele buscou demonstrar em sua obra que a relação entre as regiões tinha um efeito negativo para a economia do nordeste. A relação comercial existente entre centro-sul e nordeste inclusive, segundo Furtado, impedia a industrialização do Nordeste. Para o autor paraibano:

Não podem coexistir, no mesmo país, um sistema industrial de base regional e um conjunto de economias primárias dependentes e subordinadas, por uma razão muito simples: as relações econômicas entre uma economia industrial e economias primárias tendem sempre a formas de exploração, esse fenômeno que caracteriza a relação entre países industrializados e países primário exportadores está ocorrendo dentro de nosso país (FURTADO, 1959, p. 13).

A análise da região nordestina brasileira, comparada com a região mais industrializada do Centro-Sul, indicava que apesar de sua vasta extensão e volumosa população, a renda per capita nordestina era de aproximadamente um terço da centro-sul. O problema regional do Nordeste afetava todo o território nacional brasileiro e necessitava de uma solução imediata (FURTADO, 1959).

O relatório do GTDN de Furtado apontava para crise no setor exportador, que era a principal atividade impulsionadora da economia do Nordeste. A hipótese defendida pelo autor, é que o desenvolvimento apenas poderia ocorrer através de uma potente industrialização, que impulsionaria o emprego digno e estável para a população. Furtado destacava a relevância do progresso técnico e as dificuldades para gerar e assimilar esse progresso nas regiões subdesenvolvidas. Portanto, no seu plano de desenvolvimento e suas ações propostas, estava explícita a necessidade de uma industrialização autônoma e do fortalecimento da burguesia regional (VIEIRA, 2007).

Por acreditar no poder da industrialização para o desenvolvimento regional, Furtado reforçava seu argumento demonstrando as condições precárias e limitadas das terras de agricultura, causadas em razão dos fatores climáticos e da pouca tecnologia para melhoria da época. No entanto, mesmo com a pouca confiança no setor agropecuário seu diagnóstico para o nordeste continha duas diretrizes para a transformação do setor agropecuário na faixa úmida e para o semiárido, Furtado (1959) via como uma saída viável para o excedente de trabalho deslocar a população para uma nova fronteira agrícola no Estado do Maranhão. O interesse de Furtado na agricultura



estava interligado com a industrialização, pois para o autor a menos que se fizesse uma reestruturação da agricultura nordestina, a industrialização estaria comprometida (VIEIRA, 2007).

As diretrizes para o desenvolvimento nordestino contidas no Relatório do GTDN, podem ser resumidas em quatro metas: 1) industrialização; 2) transformação da área de agropecuária da faixa úmida; 3) transformação da economia do semiárido e deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão. As tentativas de implementação dessas diretrizes vão estar contidas nas primeiras ações do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), instituído após a finalização do relatório do GTDN, em 1959, e do Primeiro Plano Diretor da Sudene⁶ (D'AGUIAR, 2013).

CELSO FURTADO E A SUDENE

A SUDENE foi fundada como uma autarquia subordinada diretamente ao governo nacional, durante o mandato do presidente Juscelino Kubitschek, Celso Furtado foi designado para comandar o órgão, tendo permanecido até o ano de 1964. O livro *A operação Nordeste (1959)* serviu como base para boa parte das diretrizes e estratégias da autarquia. A SUDENE tinha como objetivo ser um órgão de planejamento, coordenador de políticas para o desenvolvimento do Nordeste, além de auxiliar os órgãos federais existentes que não tinham coordenação entre si (D'AGUIAR, 2013).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, foi criada pela Lei nº 3.692 (15 de dezembro de 1959), com o objetivo de intervenção do governo no Nordeste, assim, promovendo e coordenando o desenvolvimento da localidade. No primeiro momento, houve a necessidade de delimitar o que seria entendido como Nordeste, os estados foram: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe (CARVALHO, 2011).

A ideia de criação da SUDENE surgiu da constatação de que estava crescendo a diferença socioeconômica entre as regiões Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Sendo assim, a região nordeste necessitava de uma intervenção direta do Estado. Os anos

⁶ Elaborado ainda nos anos 50, mas somente aprovado em 1961 (CARVALHO, 2011).



anteriores a criação da SUDENE, foram marcados por secas, pelo aumento do desemprego rural e o êxodo da população nordestina (CARVALHO, 2011).

Para o sociólogo Francisco de Oliveira, embora a SUDENE tenha sido criada para atenuar as disparidades entre o Nordeste e o Centro-Sul, o órgão falhou em seu objetivo. A quantidade de empregos criados nas indústrias não alcançou o nível necessário para resolver os problemas estruturais do Nordeste, a desigualdade social permaneceu, os índices de pobreza não tiveram melhora acentuada e o êxodo rural não cessou. Em termos de concentração de renda, não ocorreu alteração significativa (OLIVEIRA, 1977). Segundo Diniz (2009):

A ação da Sudene foi esvaziada e alterada por três razões. A primeira foi o aniquilamento das propostas de reformas estruturais. Sem a reforma agrária, a estrutura de propriedade e exploração da terra continuou intocada. Com ela, os problemas de distribuição de renda e de melhoria das condições sociais. O segundo problema, pela drenagem dos recursos previstos no sistema de incentivos fiscais, ao ampliar a sua área de aplicação para a região amazônica, ainda em 1963, e para vários setores (turismo, reflorestamento) em todo o País, em anos posteriores. Em terceiro lugar, porque muitos projetos industriais aprovados nas primeiras etapas da Sudene tiveram funcionamento precário, levando ao encerramento das atividades (DINIZ, 2009, p.242)

A SUDENE sofreu alterações no seu projeto original, após o golpe militar de 1964, tendo Celso Furtado sido alvo do regime tendo seus direitos caçados. Em razão de irregularidades e escândalos de corrupção encontrados nos projetos na SUDENE, a superintendência foi extinta em 2 maio de 2001, sob Medida Provisória nº 2.145. Com essa medida, foram interrompidas pesquisas e estudos importantes, por exemplo, o Sistema de Contas Regionais (ARAÚJO, 2013).

As irregularidades encontradas envolviam desvio do dinheiro destinado a projetos de desenvolvimento do Norte e do Nordeste, estima-se que os desvios na SUDENE ultrapassaram o montante de R\$ 2 bilhões. Como forma de suprir a ausência da SUDENE, o então presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso, criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE). A SUDENE foi reativada em 03 de janeiro de 2007, no governo do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, sob a Lei Complementar de nº 125 (ARAÚJO, 2013).



O BINÔMIO DESENVOLVIMENTO-SUBDESENVOLVIMENTO SEGUNDO CELSO FURTADO

Celso Furtado, ao longo de sua carreira, procurou identificar, analisando as características do Brasil, os fundamentos do desenvolvimento econômico e a sua função no sistema de produção capitalista. Ao longo de sua experiência e estudos no âmbito da CEPAL, o autor fomentou conceitos que divergiram das correntes teóricas dominantes de sua época. As teorias sobre o desenvolvimento econômico, segundo Celso Furtado, são:

Esquemas explicativos dos processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social (FURTADO, 1992, p. 39).

Furtado buscou entender os processos que levam ao desequilíbrio na absorção dos avanços tecnológicos nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, em comparação aos países desenvolvidos, de forma que encontrasse formas de ajustar esse desequilíbrio. Para o autor, o desenvolvimento possui três dimensões:

[...] a do incremento da eficácia do sistema social de produção, a da satisfação de necessidades elementares da população e a da consecução de objetivos a que almejam grupos dominantes de uma sociedade e que competem na utilização de recursos escassos. A terceira dimensão é, certamente, a mais ambígua, pois aquilo a que aspira um grupo social pode parecer para outros simples desperdício de recursos. Daí que essa terceira dimensão somente chegue a ser percebida como tal se incluída num discurso ideológico (FURTADO, 2000, p. 22).

Embora o desenvolvimento esteja diretamente associado ao crescimento econômico, este é apenas um dos condicionantes desse processo e não o único fator nele envolvido. Sendo assim, o crescimento econômico, não é suficiente para indicar se uma determinada economia é ou não desenvolvida. Segundo Furtado:

O aumento da eficácia do sistema de produção comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, o aumento da disponibilidade de recursos e a elevação dos padrões de vida podem ocorrer na ausência de modificação nos processos;



por exemplo, quando aumenta a pressão sobre as reservas de recursos não reprodutíveis (FURTADO, 1974, p. 22).

Inversamente ao desenvolvimento, segundo ele, o subdesenvolvimento econômico ocorre de situações em que “aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social, ainda que causem a elevação no nível de vida médio da população” (FURTADO, 1992, p. 39).

Celso Furtado contrariava o conceito aceito internacionalmente do economista Walt Whitman Rostow sobre o subdesenvolvimento, para Rostow (1960) o subdesenvolvimento era uma etapa necessária do processo de desenvolvimento econômico. Furtado, evidencia que o subdesenvolvimento é, na realidade, uma deformidade no desenvolvimento.

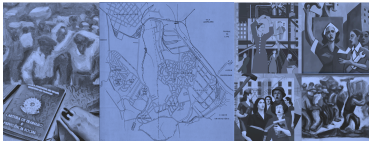
O subdesenvolvimento é resultado de “uma situação historicamente construída” (FURTADO, 1961, p.184) e estruturalmente peculiar, só podendo ser superada através de mudanças estruturais. Sobre as estruturas subdesenvolvidas, Furtado descreve como:

Aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento (FURTADO, 1961, p. 184).

Segundo Furtado, o desenvolvimento de uma região subdesenvolvida só pode ocorrer através de modificações e rupturas na estrutura econômica e na sociedade como um todo. O autor enumerou algumas modificações necessárias para esta transformação:

A passagem da tração animal (inclusive humana) para a mecânica faz-se de um só golpe. Do carro, de fabricação artesanal e do animal de criação local, passa-se ao veículo mecânico. Dessa maneira de crescer dos países subdesenvolvidos resulta uma tendência à elevação do coeficiente de importações (FURTADO, 1961, p.191).

Por acreditar no poder da industrialização para o desenvolvimento regional, Furtado reforçava seu argumento demonstrando as condições precárias e limitadas das terras agrícolas, em razão dos fatores climáticos e da pouca tecnologia para melhoria da época. Entretanto, mesmo com a pouca confiança no setor agropecuário seu diagnóstico para o Nordeste continha duas diretrizes para a transformação do setor agropecuário na faixa úmida e para o semiárido (VIEIRA, 2007).



Furtado (1959) via como uma saída viável para o excedente de trabalho deslocar a população para uma nova fronteira agrícola no Estado do Maranhão. O interesse de Furtado na agricultura estava interligado com a industrialização, pois a menos que se fizesse uma reestruturação na agricultura nordestina, a industrialização estaria comprometida (VIEIRA, 2007). Conforme o GTDN (1967):

O objetivo último que se tem em vista é transferir da região semiárida algumas centenas de milhares de pessoas, criar nessa região uma economia com menor potencial demográfico e mais elevado nível de produtividade, e deslocar a fronteira agrícola do Nordeste. (GTDN, 1967, p.83)

Furtado, conceitua o subdesenvolvimento como um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, percorrido as economias que já alcançaram grau avançado de desenvolvimento. Sendo assim, o subdesenvolvimento não é uma fase inevitável do processo de formação das economias capitalistas. Para Celso Furtado, o processo do subdesenvolvimento se caracteriza como:

Aquela em que a plena utilização do capital disponível não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, ao nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema. É a heterogeneidade tecnológica entre setores ou departamentos de uma mesma economia que caracteriza o subdesenvolvimento (FURTADO, 1961, p. 193).

Sendo o subdesenvolvimento uma anomalia para Furtado, o desenvolvimento de uma região subdesenvolvida só pode ocorrer através de modificações e rupturas na economia e na sociedade como um todo. Ele enumera algumas modificações necessárias para esta transformação:

A passagem da tração animal (inclusive humana) para a mecânica faz-se de um só golpe. Do carro, de fabricação artesanal e do animal de criação local, passa-se ao veículo mecânico. Dessa maneira de crescer dos países subdesenvolvidos resulta uma tendência à elevação do coeficiente de importações (FURTADO, 1961, p. 191).

Segundo Furtado, a forma de enfrentar o subdesenvolvimento dos países periféricos é através de uma reforma nos planos político e social, pois o subdesenvolvimento supõe o controle da apropriação e uso do excedente por elites políticas e econômicas que levam as nações a copiar os padrões de consumo do centro,



sem que haja um processo de acumulação de capital semelhante do centro e tão pouco um progresso nos métodos produtivos nos países periféricos (FURTADO, 1961).

Nos anos 1950, em seus primeiros textos econômicos, Furtado explica a criação de uma tecnologia baseada na propriedade homogênea, essa criação ocorreu no centro, nas primeiras fases do seu processo de sua industrialização. Na periferia, a adesão das tecnologias se baseia em um fundo de diversos recursos, sendo nesse fundo o recurso mais abundante o trabalho em relação ao capital, causando assim uma acumulação fundamentada na atualização dos padrões de consumo se concebe em um mecanismo de concentração de renda. Existe, desse modo, uma analogia entre: 1. Integração de progresso técnico ocasionado externamente, 2. Progresso seletivo de padrões de consumo 3. Dependência técnica e política, 4. Heterogeneidade e 5. Marginalidade social (RODRIGUEZ, 2009).

Para Furtado, o desenvolvimento é impulsionado por um aumento do investimento aliado ao progresso tecnológico como forma de aumentar a participação no excedente em relação ao fator trabalho. A expansão que é resultado da renda e a relativa escassez do fator trabalho construí uma probabilidade de ocorrer a reagrupamento das relações de apropriação, aumentando os salários e irradiando um padrão de consumo mais igualitário para toda a sociedade (RODRIGUEZ, 2009).

Nas regiões subdesenvolvidas, o desenvolvimento se fundamenta na modernização seletiva de padrões de consumo que conduz a introdução de progresso técnico que não tem capacidade de propiciar a homogeneidade social e técnica necessária em razão do excedente de trabalho. Em *Um Projeto para o Brasil* (1968), Furtado sintetiza essa ideia no trecho abaixo:

Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente, é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, por modificações estruturais, que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte do desenvolvimento. De uma perspectiva mais ampla, cabe reconhecer que o desenvolvimento de uma economia dependente é reflexo do progresso tecnológico nos polos dinâmicos da economia mundial. Contudo, convém assinalar que o elemento dinâmico não é a irradiação do progresso tecnológico, e sim o deslocamento da curva da demanda (FURTADO, 1968, p. 23).



Contudo, de acordo com outros textos do fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, o subdesenvolvimento se configura através da fundação de um sistema produtivo adaptável, na qual o direcionamento ajusta-se às forças internas e externas que conduzem o perfil da demanda, que não representa o nível de acumulação adquirido.

A principal propagadora destas teorias no Brasil e restante da América Latina foi a CEPAL, que trouxe uma visão de desenvolvimento estruturalista, que defendia além das políticas de fortalecimento da indústria produtiva e o investimento em infraestrutura como a construção de portos, energia elétrica, rodovias, pontes, entre outros.

O desenvolvimento para a CEPAL, caracterizava-se na distribuição de renda como ideia primordial. As economias subdesenvolvidas eram especializadas e heterogêneas, além disso criticava o modelo primário-exportador dessas regiões, em último empenho para aumentar os diferenciais de desenvolvimento entre o centro e a periferia.

A CEPAL analisava o desenvolvimento econômico pelo ponto de vista da distribuição de renda dependente da produtividade do trabalho. A teoria de desenvolvimento da CEPAL se afasta de outras vertentes de estudo sobre o desenvolvimento socioeconômico e entende que o desenvolvimento tem de ser atrelado ao crescimento da renda dos habitantes.

FURTADO E A ATUALIDADE DO NORDESTE

Na década de 1970, ocorreu a uma importante solidificação do processo de substituição de importações brasileiras. processo de substituição de importações brasileiras. Em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)⁷ proporcionou uma grande mudança para a indústria nordestina de seu padrão de especialização, passando de indústrias de bens de consumo não duráveis para bens intermediários (MARINGONI, 2016).

Os anos de 1980, foram um período de negligência dos projetos de planejamento do desenvolvimento regional e marcado pelo predomínio de políticas públicas de curto prazo adotada pelos governos federais. Os anos 1990 e início dos anos 2000 foram caracterizados por crises e pela falta de políticas de desenvolvimento regional no Brasil.

⁷ Lançado no final de 1974, tendo vigência até 1979 (MARINGONI, 2016).



Acompanhando esse cenário, a SUDENE foi extinta em maio de 2001, sendo uma das razões um grande escândalo nacional de denúncias de corrupção dentro da instituição que foram publicadas na mídia (FGV, 2020a).

Apenas em 2003, com a vitória da presidência do Brasil por Luís Inácio Lula da Silva, que tinha como uma de suas promessas de campanha o retorno do planejamento do desenvolvimento e de políticas e ações direcionadas ao nordeste. Já no primeiro ano de mandato, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial para Recriação da SUDENE (GTI) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) (ARAÚJO, 2013).

Em 50 anos, impulsionada pela SUDENE e o GTDN, o Nordeste modernizou sua indústria e melhorou os índices universitários, mas a disparidade socioeconômica permanece elevada e os índices de desenvolvimento humano continuam abaixo das médias nacionais.

Em 2011, Alexandre Rands Barros, voltou ao tema dos limites e entraves para o desenvolvimento, no seu livro *Desigualdades Regionais no Brasil*, formulou um diagnóstico sobre o desenvolvimento do Nordeste que buscava preencher as lacunas deixadas pelo plano de desenvolvimento regional de Celso Furtado, explicando as razões do subdesenvolvimento da região e propondo um caminho para sua superação (BARROS, 2011).

Como um entrave ao desenvolvimento nacional desde o início do século XX e permanece atualmente. Diversos planos, políticas públicas e programas foram elaborados pelo Governo Brasileiro com o propósito da diminuição dos índices de disparidades regionais. As políticas públicas do governo Lula (2003-2011), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (PDSA). Apesar de terem acontecido em momentos diferentes, A aproximação destas políticas, com seus respectivos diagnósticos sobre o Nordeste tinham como objetivo a superação do Nordeste do estado de subdesenvolvimento (ARAÚJO, 2013).

Para Barros (2011), a baixa escolaridade é o verdadeiro grande obstáculo para o desenvolvimento do nordeste. Barros demonstrou como o atraso do nordeste em relação



ao centro-sul também decorre do diferencial na educação e do atraso no desenvolvimento do capital humano de maneira geral.

Barros critica as ideias de Furtado, para ele, o diagnóstico equivocado de Furtado custou caro para o Brasil que investiu e ainda investe em políticas públicas para o desenvolvimento do nordeste que são ineficazes para resolver a questão regional, segundo ele, os investimentos, incentivos e subsídios utilizados para a instalação de indústrias não impediu o Nordeste de seguir pobre e atrasado. Para Barros, o foco dos investimentos deveria ter sido no desenvolvimento do capital humano:

Toda desigualdade regional no país pode ser explicada apenas pelas desigualdades de capital humano, quando se inclui a qualidade da educação nos municípios. O impacto de uma unidade adicional de capital humano no PIB per capita faria com que, mesmo com diferenças menores, ela possa explicar 100% das desigualdades (BARROS, 2011, p.102).

De acordo com Barros, o grande erro de Celso Furtado e seus seguidores foi relegar a questão do capital humano ao terceiro plano, nunca dando a importância necessária para o tema. Segundo ele, Furtado trata o atraso no capital humano, como consequência do baixo desenvolvimento, e não sua causa.

Embora para Furtado, quando a região alcançasse um alto nível de industrialização, o investimento em capital humano viria como consequência, a lógica segundo Barros, é inversa. É o capital humano que, tendo sido construído e acumulado, vai determinar qual será a especialização. O desenvolvimento ou não da indústria e a especialização produtiva de um país são consequência, e não causas.

Barros (2011) avalia que seu plano de desenvolvimento para o Nordeste, se implementado pode obter os resultados esperados e melhorar os dados relativos do nordeste brasileiro de 50 a 100 anos, pois sua implantação não é fácil e seus resultados são demorados. Para ele, as desigualdades hoje são explicadas apenas pela educação. A composição da população no Nordeste é diferente da centro-sul em se tratando de educação, a região centro-sul tem maior nível de capital humano (BARROS, 2011).

CONCLUSÃO

Entender o cenário socioeconômico brasileiro exige uma busca histórica e um entendimento de diferentes áreas do conhecimento. Foi através desse entendimento que



Celso Furtado fomentou suas teorias e reflexões sobre os problemas econômicos regionais, além disso, o autor construiu uma crítica histórica às relações de colonialismo impostas pelas nações centrais do sistema econômico capitalista sob a periferia.

A teoria histórico-estruturalista, formulada por Celso Furtado e Raúl Prebisch, enquanto membros da CEPAL, é considerada a única teoria econômica latino-americana a está presente nos mais recentes manuais de história do pensamento econômico. Furtado e Prebisch contribuíram, assim como outros teóricos para corroborar com a teoria de desenvolvimento e subdesenvolvimento, acrescentando peculiaridades das nações periférica nela. Para Furtado, por exemplo, o subdesenvolvimento não poderia ser considerado como mero atraso do desenvolvimento do capitalismo. Segundo ele, o subdesenvolvimento é resultado da forma como ocorreu a exploração da periferia pelos países centrais.

De acordo com a teoria da CEPAL, nações desenvolvidas como França, Alemanha e Inglaterra em nenhum momento de sua história foram subdesenvolvidas. Isso ocorreu, em virtude de uma acumulação posterior, boa parte advinda das nações periféricas coloniais, nestes países e em outros do centro o progresso técnico aconteceu de forma rápida, baseada em uma um sistema tecnicamente homogênea estrutura produtiva diversificada. Melhoria tecnológica e científica servem como base para um país desenvolvido ou menos dependente, economicamente e politicamente.

Celso Furtado durante sua longa carreira usou sua influência e prestígio para alertar as novas gerações para a necessidade dos economistas e cientistas sociais da América Latina buscarem se capacitar e desenvolver um pensamento intelectual único, assim, tendo a capacidade de enriquecer e até mesmo superar as teorias econômicas elaboradas nos países centrais. Segundo Furtado, estas teorias dos países centrais adentram nos países da América Latina e são seguidas como moda, muitas vezes, sendo maléficas para a economia da região, bloqueando o potencial de desenvolvimento dos países periféricos. Sendo um pensador diferenciado, Furtado trabalhou a sua construção teórica com fundamentação e alicerce na ação política.

Para Furtado, a questão regional brasileira deveria ser entendida de forma que englobasse as questões econômicas, sociais e políticas da região. Sendo assim, uma política regional precisa ser idealizada e estabelecida em um ponto de vista nacional,



embora regiões distintas devam receber atenção diferenciada, em razão de suas características e objetivos gerais.

A história econômica do Brasil sob a ótica e influência de Celso Furtado tem um período incomparavelmente expressivo, que se estende de 1948 até 1964. Sendo este um período de forte produção política e intelectual, pois o Brasil estava se industrializando e se transformando estruturalmente. Infelizmente, grande parte dessas mudanças e transformações não foram continuadas durante o período de golpe militar ou posteriormente.

O ano de 1959, foi especialmente marcante para a trajetória de Celso Furtado, o grande sucesso de sua mais renomada obra “Formação Econômica do Brasil” e a concretização da SUDENE, o principal objetivo do autor nesse momento era a busca de compreender o cenário socioeconômico brasileiro em relação a outras nações frente a outros países. A partir da sua teoria de desenvolvimento e subdesenvolvimento, Furtado desenvolveu a sua teoria de subdesenvolvimento regional, focando na região Nordeste. Furtado conseguiu compor uma teoria sobre o subdesenvolvimento nacional e regional do Brasil, determinando alguns fatores que levaram ao atraso socioeconômico, o binômio desenvolvimento-subdesenvolvimento foi essencial para a solidificação dessa teoria.

O pensamento de Celso Furtado conservar-se atual, coerente ao objetivo de sua vida acadêmica e anos de trabalho no setor público, voltado para o desenvolvimento econômico do Brasil e da América Latina. Mesmo tendo conquistado alguns dos maiores e mais importantes cargos técnicos e burocratas do país, como, por exemplo: ter sido o idealizador e primeiro Superintendente da SUDENE e o Ministro do Ministério do Planejamento do governo João Goulart (1962-1964). Fora do Brasil, Furtado também alcançou cargos de prestígio como, por exemplo, o de docente prestigiada universidade francesa, a Sorbonne. Além de ter sido professor em outras universidades europeias e norte-americanas.

Para concluir, Furtado foi um dos pensadores cujo trabalho teórico e prático ajudou a fomentar e ampliar as principais empresas privadas e governamentais do Brasil. A atuação do autor enquanto idealizador e primeiro superintendente da SUDENE é uma das atuações mais bem sucedidas do país. No entanto, a confiança de



Furtado na segurança de um planejamento e na competência técnica em se alcança o desenvolvimento de uma região a partir do plano, é sujeito a críticas. Alguns pesquisadores diriam que até mesmo é utópico, até mesmo Furtado em sua obra *O mito do desenvolvimento* (1974) que o seu objetivo era na realidade inalcançável. Assim sendo, analisar e entender as obras de Furtado é fundamental na atualidade, pois continuamos passando por uma reorientação do papel do Estado na economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. O Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no governo Lula. *In*: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

BARROS, A. R. B. **Desigualdades Regionais no Brasil: Natureza, causas, origens e soluções**. [S.l.]: Working Papers 63, Datamétrica Consultoria Econômica, revised, 2011.

BRASIL. **Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986**. Brasília: Presidência da República, [1986]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17505.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

_____. **Seca: análises, pressupostos, diretrizes, projetos e metas para o planejamento de um novo nordeste**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013

CADERNOS DO NORDESTE. **GTDN, uma semente plantada pela sociedade**. [S.l.: s.n.], 2000. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/ne2710_3.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.

CARVALHO, F. SUDENE: Do desenvolvimento cepalino ao desenvolvimento endógeno. *In*: AMARAL, J.; CARRILLO, J. (org). **Trajetórias de desenvolvimento locale regional: uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México**. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2011.

D'AGUIAR, R. F. (org.). **Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. **Brasil a construção interrompida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16a Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

_____. **Essencial Celso Furtado / organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

_____. Indústria e não açúdes para o Nordeste. **Diário de Pernambuco**, p. 6, 5 fev. 1959b.

_____. **Introdução ao desenvolvimento:** enfoque histórico estrutural. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Um Projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

_____. **Operação Nordeste.** In: FURTADO, R. (Org.) O Nordeste e a saga da Sudene 1958-1964. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Indústria e não açúdes para o Nordeste”. **Almanach de Pernambuco**, Recife, p. 6, 5 fev. 1959.

FGV. **O BRASIL DE JK > A CRIAÇÃO DA SUDENE.** [S.l.: s.n.], 2020a. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>. Acesso em: 14 fev. 2022.

_____. **Na Presidência da República (1956 - 1961).** [S.l.: s.n.], 2020b. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/trajetoria-de-vida/11-presidencia-republica-1956-1961>. Acesso em: 14 fev. 2022.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959a.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** 2.ed. Recife: SUDENE, 1967.

IBGE. **Nordeste é única região com aumento na concentração de renda em 2019.** [S.l.: s.n.], 2020. Disponível em: <https://censo2021.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/27596-nordeste-e-unica-regiao-com-aumento-na-concentracao-de-renda-em-2019.html>. Acesso em: 18 fev. 2022.

MARINGONI, G. A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo. **Desafios do Desenvolvimento**, ano 13, n. 88, p. 43-57, nov. 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3297. Acesso em: 19 fev. 2022.



XV Congresso Brasileiro de História
Econômica & 16ª Conferência
Internacional de História de Empresas
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião - SUDENE, Nordeste**. Planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RODRÍGUEZ, O. **O estruturalismo latino-americano**. Tradução de Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ROSTOW, W. W. **The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

VIEIRA, R. M. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950-1964)**. São Paulo: Educ, 2007.